

Relatório faz balanço sobre dez anos do PNDH-3; Trabalho foi apresentado ao CNDH pela rede Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil

A Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil apresentou hoje (13) ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH o relatório “PNDH-3 10 anos depois: Balanço Prospectivo”. A publicação é resultado do Seminário Nacional realizado pela rede em parceria com o conselho em Brasília, nos dias 27 e 28 de novembro de 2019, para marcar os dez anos do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. O lançamento da publicação ocorreu durante a 12ª Reunião Extraordinária do CNDH, realizada nos dias 12 e 13 de novembro, remotamente devido à pandemia de covid-19.

Eneias da Rosa, da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil, explica que o relatório contou com a participação de representantes de organizações, movimentos, articulações e também conselheiras e conselheiros de conselhos estaduais de direitos humanos de pelo menos 22 estados. Ele lembra que a construção do PNDH-3 alcançou um amplo processo de participação, com uma perspectiva transversal e intersetorial, entendendo que os direitos humanos não podem estar desvinculados uns dos outros. “Tão logo se iniciou a trajetória de implementação do PNDH-3, a percepção que se tem é que não se acumulou força suficiente para o processo de coordenação política eficiente para dentro do governo e com a sociedade”, lembrou da Rosa.

Paulo Carbonari, que também compõe a rede, destacou que o relatório apresentado foi construído de modo estreito e profundamente coletivo entre a rede de entidade e com o CNDH, desde a construção do Seminário Nacional. “O Conselho Nacional mostra a centralidade e a importância fundamental para realizar o que lhe compete fazer, e nós, como sociedade civil, fazemos aquilo que somos desafiados a fazer”, completou.

Para o vice-presidente do CNDH, Leonardo Pinho, o PNDH 3 deve ser lembrado uma vez que continua vigente e tem sido utilizado pelo CNDH em diversas resoluções. “É o grande instrumento orientador, de planejamento da progressividade de direitos para as políticas públicas e também é uma estratégia de desenvolvimento nacional”, afirmou. Pinho completou: “Quero destacar que novamente é a sociedade civil brasileira que produz um relatório de fôlego, de conteúdo, de indicadores claros, de construção coletiva de conhecimento sobre as políticas públicas”.

Leia na íntegra o relatório “PNDH-3 10 anos depois: Balanço Prospectivo”

<http://monitoramentodh.org.br/publicacoes/sem-categoria/pndh-3-10-anos-depois-balanco-prospectivo/>